



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

**TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2025/00061**

**OBJETO: Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas para o fornecimento e Implantação de UPS para Ar-Condicionado nas Estações de Acesso do SGDC de Campo Grande, Florianópolis e Salvador.**

**NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-ANX-2024/08466 - TLB-NTE-2024/00815**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas no fornecimento de soluções de infraestrutura para Implantação de UPS para o Ar-Condicionado nas Estações de Acesso do SGDC de Campo Grande, Florianópolis e Salvador de acordo com as especificações e quantidades estimadas neste Termo de Referência e seus Anexos.

Planilha de Endereços das Estações			
Site ID	Nome da Estação	Estado	Endereço
MSCPE0ES005	Teleporto Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Av. Wilsom Paes de Barros, 300 - Vi Serradinho
SCFNS0ES004	Teleporto Florianópolis	Santa Catarina	Avenida Santos Dumont, s/n, Bairro Tapera
BASDR0ES015	Teleporto Salvador	Bahia	Praça Gago Coutinho, s/n - São Cristóvão

**2. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA**

2.1. Atendimento a Nota Técnica de Planejamento - NTP0020/2020/3200;

2.2. Atendimento das demandas oriundas do Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu em seu Art.12 as atribuições da Telebras como sendo:

2.3. Prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, tele centros comunitários e outros pontos de interesse público;

2.4. Provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e

2.5. Prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

2.6. Atendimento da demanda para 2019 informada pela Gerência de Planejamento e Marketing por meio da Nota Técnica 009/2018/4800.

2.7. Atendimento das demandas oriundas do projeto ao SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas) cujo objetivo é:

2.7.1. Prover comunicações seguras para o sistema de defesa nacional e para as comunicações estratégicas do Governo; e



TLBREF202500061A

2.7.2. Promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, proporcionando a todos os brasileiros um país conectado por meio da massificação da banda larga.

2.8. A demanda do satélite foi oficializada por meio dos memorandos nº 011/2018/3810 e nº 015/2018/3810.

### 3. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto desse Termo de Referência enquadra-se nas características definidas no inciso II, do art. 52 e no Art. 93 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e, portanto, pode ser adquirido via o Sistema de Registro de Preços (SRP).

3.1.1. Tanto os equipamentos quanto os serviços a serem adquiridos por este Termo de Referência puderam ser objetivamente definidos nas suas características de desempenho e qualidade e, portanto, enquadraram-se no inciso I do art. 92 do Regulamento de Licitação e Contratos e sendo definidos como bens e serviços comuns.

3.1.2. Todos os equipamentos que fazem parte do objeto são modulares estão disponíveis para compra no mercado, não sendo necessário nenhum tipo de adequação especial e serão adquiridos de forma parcelada, com entrega em função da emissão do Pedido de Compra.

3.1.3. Todos os serviços solicitados no objeto caracterizam-se como serviços de engenharia para telecomunicações, uma vez que são ofertados a outras operadoras de telecomunicações e corporações privadas. Estes serviços consistem no fornecimento e na instalação de equipamentos e suporte para configuração dos equipamentos.

3.1.4. Aplica-se ao SRP da TELEBRAS, no que não conflitar com o Regulamento de Licitações e Compras da Telebras e até que seja editado o decreto de que trata o art. 66 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, as disposições do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, porém, tal decreto foi revogado pelo Decreto 11.462/2023

3.1.5. A agilidade e simplicidade proporcionada pelo Pregão, aliada ao SRP, possibilita que a contratação seja ajustada à necessidade de cada projeto. Esta flexibilidade é imprescindível uma vez que ajustes finais são necessários após a realização de medidas de campo.

3.1.6. O SRP também possibilitará à Telebras a adequação das contratações às prioridades decorrentes das políticas públicas, bem como à disponibilidade orçamentária para implementação de projetos.

### 4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto deste Termo é a eventual contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas para o fornecimento e a instalação de UPSs (*Uninterruptible Power Supplies*) para os equipamentos de ar-condicionado *Hubs* das estações *Gateway* do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) em Campo Grande/MS, Florianópolis/SC e Salvador/BA, incluindo garantia e assistência técnica e os serviços de instalação, descritos e especificados neste Termo de Referência e seus Anexos. **As três estações farão parte de um único lote em aquisição.**

4.2. O objeto desse Termo de Referência será composto por itens, os quais estão relacionados no Anexo II - Planilha de Quantitativos e nos demais Anexos deste Termo Referência, organizados em uma lista para cotação e formação de Ata de Registro de Preços.

4.3. A composição dos itens que serão empregados na implantação das infraestruturas será definida após vistoria e da aprovação do Projeto de Infraestrutura, conforme disposto neste Termo de Referência e seus Anexos.

4.4. No Anexo II - Planilha de Quantitativos, na coluna DESCRIÇÃO, os itens são apresentados de forma abreviada. Para facilitar o entendimento, segue abaixo a descrição completa de cada um dos itens. O terceiro dígito dos subitens abaixo corresponde ao item do referido Anexo.



- 4.4.1 SERV. VISTORIA E LEV. TÉCNICO
- 4.4.2 SERV. ELABORAÇÃO PROJETO INFRAESTRUTURA
- 4.4.3 ELETRODUTO AÇO GALVANIZADO 2"
- 4.4.4 SERV.INST.ELETROD.PESADO AÇO GALV FOGO2"
- 4.4.5 ELETRODUTO AÇO GALVANIZADO 3"
- 4.4.6 SERV.INST.ELETROD PESADO AÇO GALV FOGO3"
- 4.4.7 ELETRODUTO FLEXIVEL - TIPO SEALTUBE 2"
- 4.4.8 SERV.INST. SEALTUBE 2" C/ CONEXÕES
- 4.4.9 ELETRODUTO FLEXIVEL - TIPO SEALTUBE 3"
- 4.4.10 SERV. INST. SEALTUBE 3" C/ CONEXÕES
- 4.4.11 CABO DE COBRE PP 3X2,5 MM2, 450/750V.
- 4.4.12 SERV.INST.CABO COBRE FLEXP3X2,5MM2750V
- 4.4.13 CABO DE COBRE PVC 16 MM2, 450/750V.
- 4.4.14 SERV.INST.CABO COBRE FLEX PVC 750V 16MM2
- 4.4.15 QUAD. DISTR. DE CORRENTE ALTERNADA-QDCA
- 4.4.16 SERV.INST. QDCA
- 4.4.17 UPS ONLINE DUPLA CONVERSÃO 40KVA/40KW
- 4.4.18 SERV.INST. UPS
- 4.4.19 QUADRO DE PARALELISMO
- 4.4.20 SERV.INST. QUAD.PARALELISMO
- 4.4.21 DISJUNTOR TÉRMICO
- 4.4.22 SERV.INST.DISJUNTOR TÉRMICO

## 5. TRANSPORTE

5.1 A CONTRATADA será responsável por todo o serviço de transporte dos equipamentos contidos no escopo deste fornecimento, para entrega nos locais de instalação indicados pela Telebras. O método de embalagem deverá ser tal que garanta a proteção adequada ao fornecimento, durante o transporte, contra chuvas pesadas, sol forte, umidade e mudanças bruscas de temperatura. Todas as pequenas peças deverão ser etiquetadas e embaladas adequadamente, protegidas com papel impermeabilizado ou equivalente e devidamente reforçado com tiras de aço, ou outro material adequado, de dimensões apropriadas. A CONTRATADA será responsável por qualquer dano ou perda, restante de embalagem inadequada, imprópria, insuficiente ou feita sem os devidos cuidados. Deverá haver do lado de fora de cada embalagem e dentro de um envelope lacrado e protegido, uma lista indicando seu conteúdo. Uma cópia dessa lista deverá fazer parte dos manuais de instrução. A CONTRATADA deverá etiquetar em cada caixa o número da encomenda, o local onde o equipamento será usado, o número da caixa, o nome do projeto e o número do contrato.

## 6. LOTE DE ITENS

6.1 Dadas às dimensões territoriais do Brasil e a sua diversidade em termos de clima, topologia e outras características geográficas, a empresa vencedora do lote composto pelas 3 cidades, poderá projetar e executar as infraestruturas que comporão o objeto dessa contratação de maneira integrada e vinculada às suas especificidades.

6.2 Justificativa para a licitação em um **único lote** para as cidades de **Campo Grande, Florianópolis e Salvador:**

### 6.2.1. Economia de Escala

Ao consolidar a aquisição dos equipamentos em um único lote, é possível obter melhores condições comerciais, reduzindo os custos unitários dos equipamentos. Isso ocorre porque os fornecedores tendem a oferecer descontos por volume em compras maiores.

### 6.2.2 Padronização Tecnológica

A compra unificada permite a padronização dos modelos, especificações técnicas e fornecedores, garantindo compatibilidade entre os equipamentos adquiridos para todas as localidades. Isso facilita a manutenção, a reposição de peças e o suporte técnico.



**6.2.3. Eficiência Logística e Operacional**

A aquisição centralizada reduz a complexidade administrativa e o tempo gasto na condução de múltiplas licitações separadas.

Facilita a gestão do contrato, pois haverá apenas um fornecedor responsável pelo fornecimento para todas as cidades.

Permite melhor planejamento e distribuição dos equipamentos para cada localidade.

**6.2.4. Melhor Nível de Suporte e Garantia**

Ao contratar um único fornecedor, pode-se negociar um suporte unificado, garantindo um atendimento mais eficiente e ágil em caso de falhas ou necessidade de manutenção.

**6.2.5. Agilidade no Processo de Aquisição**

Uma licitação única evita processos licitatórios separados para cada cidade, o que reduz burocracias, prazos e custos administrativos envolvidos.

**6.2.6. Maior Atratividade para Fornecedores**

Uma compra de maior volume pode atrair empresas mais qualificadas e competitivas, resultando em melhores propostas técnicas e financeiras, garantindo melhor custo-benefício.

**6.2.7. Equidade no Atendimento às Cidades**

Garantir que todas as cidades recebam equipamentos de qualidade e dentro do mesmo cronograma, evitando atrasos ou diferenças na infraestrutura de cada localidade.

**7. DISPOSIÇÕES GERAIS****7.1. Normas Aplicáveis**

7.1.1. NBR 6181:2003 - Classificação de meios corrosivos;

7.1.2. ABNT NBR 6323:2016- Esta Norma especifica os requisitos exigíveis para galvanização de produtos de aço ou ferro fundido, revestidos de zinco, por imersão a quente, pelo processo não contínuo.

7.1.3. NBR 6401 NB 10 - Instalações centrais de ar condicionado - Parâmetros básicos de projeto.

7.1.4. ABNT NBR 16680:2018- Esta Norma fixa as condições mínimas exigíveis para os sistemas de revestimentos protetores para painéis elétricos em aço-carbono com aplicação sob forma de tinta líquida ou em pó.

7.1.5. ABNT NBR 16733:2019 - Esta Norma fixa as condições mínimas exigíveis para execução dos diversos sistemas de revestimentos por pintura em estruturas e equipamentos de aço-carbono zincado.

7.1.6. ABNT NBR 16401-1 Parte 1: Instalações de Ar Condicionado - Sistemas Centrais e Unitários. Projeto das Instalações;

7.1.7. ABNT NBR 16401-2 Parte 2: Instalações de Ar Condicionado - Sistemas Centrais e Unitários. Parâmetros de Conforto Térmico;

7.1.8. ABNT NBR 16401-3 Parte 3: Instalações de Ar Condicionado - Sistemas Centrais e Unitários. Qualidade do Ar Interior;

7.1.9. ABNT NBR 5410:2008 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

7.1.10. ABNT NBR 10151:2000 Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando o conforto da comunidade-procedimento;



- 7.1.11. ABNT NBR 10152:1992 - Níveis de ruído para conforto acústico - Procedimento;
- 7.1.12. ABNT NBR 14205:2018- Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula - Método de ensaio;
- 7.1.13. NBR 5419:2005 - Proteção de Estruturas Contra Descargas Atmosféricas;
- 7.1.14. NBR 6123:1990 - Forças Devidas ao Vento em Edificações;
- 7.1.15. NBR 5426 - Planos de Amostragem e Procedimentos na Inspeção por Atributos - Procedimento;
- 7.1.16. ABNT NBR 15688:2012 Esta Norma padroniza as estruturas para redes de distribuição aérea com condutores nus de sistemas monofásicos e trifásicos de baixa e média tensão até 36,2 kV.
- 7.1.17. ABNT NBR 15688:2012 - Esta Norma padroniza as estruturas para redes de distribuição aérea com condutores nus de sistemas monofásicos e trifásicos de baixa e média tensão até 36,2 kV.
- 7.1.18. ABNT NBR 16697 - Esta Norma especifica os requisitos para o recebimento dos cimentos Portland.
- 7.1.19. NBR 5733 - Cimento Portland de Alta Resistência Inicial;
- 7.1.20. ABNT NBR 5738 - Esta Norma prescreve o procedimento para moldagem e cura de corpos de prova cilíndricos e prismáticos de concreto. Esta Norma não se aplica a concretos com abatimento igual a zero ou misturas relativamente secas, como as empregadas para a produção de tubos e blocos, para a preparação de concreto para barragens, e concreto compactado com rolo;
- 7.1.21. NBR 5739 - Ensaio de Compressão de Corpos-de-Prova de Concreto, Cilíndricos de Concreto - Método de Ensaio;
- 7.1.22. NBR 6118 - Projeto e Execução de Obras de Concreto Armado;
- 7.1.23. NBR 6122 - Projeto e Execução de Fundação;
- 7.1.24. ABNT NBR 8451 - Postes de concreto armado e protendido para redes de distribuição e de transmissão de energia elétrica. Ensaio mecânicos, cobrimento da armadura e inspeção geral;
- 7.1.25. NBR 7211 - Agregado para Concreto;
- 7.1.26. NBR 7480 - Barras e Fios de aço Destinados a Armaduras para Concreto Armado;
- 7.1.27. NBR 7678 - Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção;
- 7.1.28. NBR 8402, 8403, 8404, 10067, 10068, 10126, 10582 e Coletâneas de Normas de Desenho Técnico;
- 7.1.29. NBR 8451 - Poste de Concreto Armado para Redes de Distribuição de Energia Elétrica - Especificação;
- 7.1.30. ABNT NBR 8451 - Postes de concreto armado e protendido para redes de distribuição e de transmissão de energia elétrica. Padronização de postes para redes de distribuição de energia elétrica;
- 7.1.31. NBR 8681 - Ações e Segurança nas Estruturas.
- 7.1.32. ABNT NBR 12655- Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento;



- 7.1.33. NBR 14039 - Instalações Elétricas de Alta Tensão (de 1,0kV a 36,2kV);
- 7.1.34. NBR 14565 - Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;
- 7.1.35. NBR 14683 - Sistemas de subdutos de polietileno (PE) para infraestrutura de telecomunicações (Parte 1 - Requisitos para subdutos de parede externa lisa);
- 7.1.36. ABNT NBR 14692:2018 - Sistemas de subdutos de polietileno para telecomunicações (Determinação do tempo de oxidação induzida);
- 7.1.37. NBR 15155 - Sistemas de dutos de polietileno (PE) para infraestrutura de cabos de energia e telecomunicações (Parte 1 - Requisitos para dutos de parede externa lisa);
- 7.1.38. Resolução 242 - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações;
- 7.1.39. Requisitos Mínimos Aplicáveis - Requisitos técnicos e procedimentos de ensaios aplicáveis à certificação de produtos para telecomunicações;
- 7.1.40. ABNT NBR IEC 60050 (826):1997 - Vocabulário eletrotécnico internacional;
- 7.1.41. ABNT NBR IEC 61000-2-5:1995 - Electromagnetic Compatibility (EMC);
- 7.1.42. ANSI/TIA/EIA-568-C.1 - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard (General Requirements);
- 7.1.43. ITU-T Recommendation G.652: "Characteristics of a single-mode optical fiber and cable";
- 7.1.44. Portaria 1.141/GM5 e seus Anexos de, 08/12/87, do Ministério da Aeronáutica;
- 7.1.45. Norma Regulamentadora N° 6 (NR6), da Portaria 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho.
- 7.2. As demais normas pertinentes ao fornecimento, objeto deste Termo de Referência estão listados em seus Anexos.
- 7.3. Em caso de omissão ou impossibilidade de aplicação de algum processo executivo ou material discriminado nestas especificações, caberá à CONTRATADA definir soluções e submetê-las à apreciação da Telebras, por escrito, em até 10 dias corridos;
- 7.4. A CONTRATADA ficará obrigada a demolir e a refazer os trabalhos que estejam em desacordo com o projeto executivo, ficando, por sua conta exclusiva, todas as despesas e prazos decorrentes destas providências.
- 7.5. A Telebras reserva-se o direito de efetuar diligências para comprovação dos itens obrigatórios, para certificação da capacitação técnica dos profissionais, bem como das características técnicas dos equipamentos. Poderá ser exigida, nestas diligências, documentação comprobatória da especialização da empresa, dos profissionais e dos equipamentos.
- 7.6. Este documento não é vinculante nem enseja à Telebras qualquer obrigação de contratar, a qualquer tempo, as soluções descritas.
- 7.7. Este documento apresenta as características da solução desejada e todas as informações nele contidas são de propriedade da Telebras.
- 7.8. Todos os esclarecimentos e informações técnicas necessárias para a elaboração dos projetos e execução dos serviços serão prestados pela Telebras.





## 8. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

8.1. A prestação de Serviços de Infraestrutura de Estações de Telecomunicações consiste na vistoria em campo, elaboração de projetos de infraestrutura, execução e construções de infraestrutura, bem como fornecimento de equipamentos e materiais, instalações e testes, todos descritos neste Termo e seus Anexos.

8.2. A execução dos serviços ocorrerá de acordo com as necessidades manifestadas pela Telebras, formalizada à CONTRATADA mediante emissão do Pedido de Compra, limitada aos quantitativos previstos nos contratos com base na Ata de Registro de Preços, observados os acréscimos e supressões previstos em legislação atinente.

8.3. Todo Projeto de Infraestrutura demandado por um Pedido de Compra, será avaliado pela equipe técnica da Telebras para aprovação (análise do trajeto, condições construtivas e dos quantitativos de materiais). Caso não seja aprovado, a CONTRATADA deverá revisar o projeto, sem ônus adicional, considerando as recomendações da Telebras.

8.4. Após a aprovação do projeto, a emissão dos Pedidos de Compra à CONTRATADA será definida de acordo com o cronograma próprio pela Telebras, com base nas planilhas de quantitativos de materiais e serviços necessários para sua execução, iniciando-se a contagem do prazo para conclusão do serviço constante do Projeto de Infraestrutura (ver Anexo I).

8.5. Para efeito de análise dos materiais propostos, logo após a assinatura do primeiro Contrato oriundo da Ata de Registro de Preços e antes da emissão de qualquer Pedido de Compra, a Telebras poderá solicitar junto à CONTRATADA a apresentação de amostras e/ou protótipos de materiais e equipamentos, a fim de verificar a sua adequação às especificações deste Termo de Referência e seus Anexos, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos materiais. A avaliação das amostras e/ou protótipos será realizada nas instalações da CONTRATADA, acompanhada de um ou mais fiscais da Telebras, podendo ainda a Telebras solicitar à CONTRATADA o encaminhamento de uma amostra devidamente documentada para a sede da Telebras. O fiscal responsável pelo contrato definirá pela aprovação ou reprovação da mesma. Com isso, uma vez aprovados, todo fornecimento deve ser feito com os mesmos produtos (mesma marca e modelo) aprovados previamente pela Telebras.

## 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A PROPONENTE deverá apresentar:

9.1.1. Comprovante de registro ou inscrição no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA), atestando atividades relacionadas com o objeto de fornecimento de equipamentos e serviços de instalação de infraestruturas de telecomunicações;

9.1.2. Deverá apresentar declaração, que antes da assinatura, apresentará comprovante de registro ou inscrição no conselho regional de engenharia e agronomia (CREA), atestando atividades relacionadas com o objeto, constando os engenheiros responsáveis pela realização dos serviços especificados em conformidade com o Art. 9º da Resolução 218/73 do CONFEA.

9.1.3. Apresentar 1 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por empresas de direito público ou privado, em seu nome, devidamente registrados no CREA por meio da Certidão de Acervo Técnico - CAT, onde comprove ter realizado serviços no qual tenha instalado infraestruturas de telecomunicações, com características compatíveis e em quantidades, de no mínimo 50%, consoantes a este Termo de Referência e seus Anexos.

9.2. De acordo com a Súmula nº 263 do TCU - DOU de 21/01/2011, S. 1, ps. 111 a 113 - exigência de quantitativos mínimos em obras ou serviços:

*Assunto: Súmula/TCU nº 263 "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das PROPONENTES, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de*



*comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado" (TC-008.451/2009-1, Acórdão nº 32/2011-Plenário).*

9.2.1. Declaração de que possui aparelhamento técnico adequado para a execução do objeto, discriminando as suas instalações e equipamentos que deverão possuir certificado de calibração (quando aplicável).

9.2.2. Os consorciados que desenvolvam serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, deverão apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

9.3. A PROPONENTE deverá enviar todos os manuais e portfólios dos materiais e equipamentos que serão fornecidos, conforme descrito em sua proposta. Será aceito o recebimento destes manuais e portfólios em mídia eletrônica, a fim de facilitar a sua divulgação.

9.4. Todos os documentos encaminhados deverão estar em nome da PROPONENTE, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

9.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

9.6. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

## **10. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

10.1. Essa contratação é composta por itens organizados em lotes para formação da Ata de Registro de Preços. Os lances deverão ser oferecidos por item, mas será considerado, para fins de classificação e julgamento, o menor VALOR GLOBAL para o lote, segundo os quantitativos discriminados no Anexo II - Planilha de Quantitativos deste Termo de Referência.

10.2. O critério para julgamento e classificação das propostas será o de menor preço por lote, ou seja, será considerada vencedora aquela PROPONENTE que apresentar o menor VALOR GLOBAL, que é aquele resultante da somatória dos valores totais dos itens que compõem o lote. Assim, os lances concedidos serão aplicados ao valor inicial proposto para o item e estarão refletidos no somatório desses itens para gerar o VALOR GLOBAL do lote. Dessa forma, não está prevista a contratação de itens dentro do mesmo lote junto a PROPONENTES distintos.

10.3. A contratação por VALOR GLOBAL se faz necessária em virtude da viabilidade técnica e logística, primando pela exequibilidade do objeto do contrato, que é o fornecimento de UPSs (*Uninterruptible Power Supplies*), do qual decorrerá a funcionalidade de um sistema de comunicação de dados, não cabendo o fornecimento de peças, objetos ou equipamentos em separado ou isoladamente.

10.4. A PROPONENTE deverá apresentar proposta de preço conforme descrito no Anexo II - Planilha de Quantitativos. Os preços deverão ser expressos em reais (R\$), por item, com duas casas decimais e conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento dos materiais, inclusive ICMS Substituição Tributária, e da prestação dos serviços relativos a esta Ata de Registro de Preços.

10.5. Todos os itens referentes a material deverão ser precificados como tal, não considerando os mesmos como sendo material aplicado, ou seja, não deverá incidir ISS sobre material.

10.6. Os lances propostos e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da PROPONENTE. Para fins de julgamento, não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista no Edital.





10.7. As propostas apresentadas serão analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, sendo desclassificadas aquelas que não atenderem integralmente a esse Termo de Referência, o Edital e seus Anexos.

## **11. PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO**

11.1. Os Projetos de Infraestrutura são os documentos apresentados pela CONTRATADA, com a definição do local, detalhamento da instalação das UPSs (*Uninterruptible Power Supplies*), bem como suas condições de passagem, acompanhado do cronograma de execução, da planilha de materiais e serviços e demais requisitos apresentados neste Termo de Referência e seus Anexos listados a seguir:

11.1.1. Anexo I TR Gestão de Medição de Resultados

11.1.2. Anexo II TR Planilha de Quantitativos

11.1.3 Anexo III TR Especificações e Requisitos Gerais

11.2. A planilha de materiais e serviços mencionada no item 11.1.2, deverá ser elaborada nos moldes da planilha de formação de preço (ver Anexo II - Planilha de Quantitativos), constando apenas os itens que serão utilizados no serviço e que por sua vez representará o dimensionamento orçamentário e quantitativo de materiais e demais serviços previstos para sua execução, o qual deverá ser devidamente aceito pela Telebras.

11.3. Os prazos para conclusão da implantação do Projeto e a entrega dos demais documentos, bem como o prazo para entrega/execução dos materiais/serviços descritos na planilha de materiais e serviços, obedecerá ao disposto no Anexo I - Gestão e Medição de Resultados.

## **12. OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE**

12.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, o Edital e seus Anexos.

12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.3. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços, a qualidade dos materiais fornecidos e o atendimento as demais exigências contratuais.

12.4. Exigir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que produza complicações e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atividades necessárias à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência e do Contrato.

12.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

12.6. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do Contrato, fixando prazo para sua correção.

12.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por meio de um fiscal, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços e fornecimento de materiais.

12.8. Verificar, se necessário, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos dos profissionais da CONTRATADA.

12.9. Emitir o Termo de Recebimento de Projeto (TRP), Termo de Aceitação de Material (TAM) ou Termo de Aceitação de Serviço (TAS), após a notificação de entrega de material ou de conclusão do serviço executado pela CONTRATADA, com a devida constatação da Telebras de sua plena adequação e funcionalidade.



- 12.10. Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados para entrega de materiais ou execução de serviços.
- 12.11. Autorizar a devolução da garantia à CONTRATADA, após o encerramento do contrato, nas condições estabelecidas.
- 12.12. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 12.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.
- 12.15. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, especialmente quanto ao exercício de poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA deve considerar em sua proposta para Ata de Registro de Preços, todos os custos associados aos itens solicitados e descritos no Anexo II - Planilha de Quantitativos do Termo de Referência.

13.1.1. A planilha de materiais e serviços é um dos documentos que compõem o Projeto, a qual indicará os itens da Ata de Registro e seus quantitativos necessários para implementação dos respectivos projetos e celebração dos contratos de execução;

13.1.2. Após a celebração dos Contratos de Execução, esta planilha, e todos os demais documentos, serão avaliados pela Telebras e somente após sua aprovação, serão emitidos os Pedidos de Compra referentes aos serviços e aquisição de materiais e equipamentos para execução dos projetos;

13.1.3. Para qualquer alteração do Projeto, após o início de sua execução, a CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas para que o Fiscal Técnico do Contrato as avalie e então possa emitir um Pedido de Compra complementar ao originalmente emitido.

13.2. Após a finalização da execução do projeto, a CONTRATADA deverá disponibilizar um técnico, com conhecimento dos equipamentos UPSs, bem como as demais ferramentas e equipamentos necessários para acompanhar a Telebras na validação e medição em campo. Caso haja medições de itens a menor do que as consideradas no Pedido de Compra, será feita a devida glosa do pedido, sendo que a CONTRATADA deverá aceitar esta correção por parte da Telebras. A Nota Fiscal emitida/faturada deve refletir esta glosa.

13.3. Caso existam modificações no desenho do Projeto inicial, a CONTRATADA deverá fazer as alterações no desenho original, entregando um novo projeto (As-Built), sem custo adicional para Telebras.

13.4. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, diretos e indiretos: mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, impostos, diferencial de alíquota, taxas, fretes e outros que venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

13.5. Responder pelo cumprimento dos postulados legais, cíveis, trabalhistas e tributários vigentes no âmbito federal, estadual ou do Distrito Federal.

13.6. Para os Serviços de Infraestrutura em Estações de Telecomunicações:

13.6.1. Em todas as etapas devem ser seguidas as normas descritas nos Manuais Técnicos de Compartilhamento de Dutos e Postes, Segurança e Medicina do Trabalho, em conformidade com as



companhias de distribuição de energia elétrica e demais parceiros da Telebras dos locais de execução dos serviços. Também devem ser obedecidas as normas e padrões da ANATEL, do INMETRO e da ABNT pertinentes ao tipo e qualidade do serviço e materiais aplicados;

13.6.2. As atividades nas áreas das empresas Cedentes e demais parceiros do local de execução dos serviços devem ser realizadas por profissionais devidamente habilitados, obedecendo a todos os requisitos de segurança, tais como: uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), entre outros, nos termos das normas específicas sobre segurança em instalações elétricas. Qualquer acidente que porventura venha a ocorrer com os técnicos envolvidos na instalação será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

13.6.3. Os serviços de instalação poderão ser acompanhados por fiscal designado pela contratante. A CONTRATADA deverá apresentar para a fiscalização um cronograma de atividades. Tal cronograma é necessário para agendar ou designar junto à citada empresa um fiscal para o acompanhamento das atividades;

13.6.4. Caberá à CONTRATADA negociar o direito de passagem em todas as áreas que forem definidas para o trajeto dos acessos das redes que serão implantadas;

13.6.5. A CONTRATADA deverá efetuar todas as identificações necessárias nos cabos na rede aérea e ou subterrânea, bem como no interior dos prédios abordados e nas tampas das caixas subterrâneas, segundo as orientações estabelecidas pela Telebras, neste Termos e seus Anexos;

13.6.6. Na parte interna, externa e mediações dos locais a serem acessados, a CONTRATADA é responsável pela recomposição integral de todos os serviços de acabamento. A entrega da infraestrutura deverá ser em estado igual, ou melhor, ao encontrado originalmente na área onde ocorreu a implantação da infraestrutura;

13.6.7. Em todas as etapas devem ser seguidas as normas da Segurança e Medicina do Trabalho, em conformidade com os parceiros da Telebras nos locais de execução dos serviços. Também devem ser obedecidas as normas e padrões da ANATEL, do INMETRO e da ABNT pertinentes ao tipo e qualidade do serviço e materiais aplicados, além das descritas neste documento;

13.6.8. Toda e qualquer atividade deverá ser realizada por profissionais devidamente habilitados, obedecendo a todos os requisitos de segurança, tais como: uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), entre outros, nos termos das normas específicas sobre segurança em instalações elétricas. Qualquer acidente que porventura venha a ocorrer com os técnicos envolvidos nos serviços de instalação/ativação dos equipamentos e materiais será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

13.6.9. A CONTRATADA deverá efetuar todas as identificações necessárias nas instalações realizadas, de forma a facilitar as manutenções realizadas pela Telebras, segundo as orientações estabelecidas pela Telebras.

13.7. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e durante toda a execução do Contrato, todas as condições estabelecidas no EDITAL e em seus Anexos, comprovando, sempre que solicitado pela Telebras, a sua regularidade perante a Secretaria da Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a Seguridade Social (CND-INSS), e assim como em relação às demais exigências contratuais.

13.8. Providenciar, quando couber, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos termos da Lei 6.496/77 para todos os Projetos e Projetos As-Built.

13.9. Garantir o fornecimento de todos os itens propostos durante o prazo da validade da Ata de Registro de Preços, bem como do prazo de vigência dos contratos advindos das adesões à Ata de Registro de Preços, observados os prazos dispostos no Anexo I - Gestão e Medição de Resultados.



13.10. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato, arcar com os eventuais prejuízos causados à Telebras ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela Telebras.

13.11. Comunicar a Telebras, por escrito, quaisquer anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

13.12. Disponibilizar mão-de-obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços.

13.13. Fornecer as devidas notas fiscais/faturas, nos termos da lei e cumprir todas as obrigações fiscais decorrentes da execução do Contrato, responsabilizando-se por quaisquer infrações fiscais daí advindas, desde que a infração fiscal tenha resultado de obrigação da CONTRATADA.

13.14. Manter todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, que ensejaram a sua contratação, devidamente atualizadas, durante toda a vigência do contrato, sob pena de retenção dos valores, até sua regularização, sem ônus para a Telebras, bem como a aplicação das demais penalidades.

13.15. Entregar as documentações eventualmente solicitadas pela Telebras no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de retenção de pagamentos.

13.16. Prestar esclarecimentos à Telebras sempre que solicitado.

13.17. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer mídias e documentos, que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à Telebras, respondendo pelos danos que venham a ocorrer.

13.18. Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem ônus para a Telebras.

13.19. Garantir a execução dos serviços sem interrupção, substituindo, caso necessário, sem ônus para a Telebras, qualquer profissional por outro de mesma qualificação ou superior em até 5 dias úteis.

13.20. Manter seus empregados, quando nas dependências da Telebras ou de suas parceiras, nos locais da prestação dos serviços (estações), devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e sua fotografia.

13.21. É de responsabilidade da CONTRATADA a entrega da nota fiscal original (utilizada para transporte da mercadoria) de venda no protocolo geral da Telebras, cópias enviadas por e-mail ou por correio não serão aceitas para efeitos de escrituração fiscal, recolhimento de impostos e pagamento.

13.22. Somente serão aceitas Notas Fiscais de remessa quando a entrega das mercadorias tiver origem a partir de Centros Logísticos.

13.23. Fornecer as devidas notas fiscais/faturas, nos termos da lei e cumprir todas as obrigações fiscais decorrentes da execução do Contrato, responsabilizando-se por quaisquer infrações fiscais daí advindas, desde que a infração fiscal tenha resultado de obrigação da CONTRATADA. O processo de pagamento e a emissão de Notas Fiscais deverá obedecer ao disposto no Anexo V - Orientações Tributárias e Calendários para Entrega de Documentos Fiscais.

13.24. Aceitar as determinações da Telebras, efetuadas por escrito, para a substituição imediata dos empregados cuja atuação, permanência ou comportamento forem, a seu critério, considerados prejudiciais e inconvenientes à execução dos serviços.



13.25. Responder pelo cumprimento dos postulados legais, cíveis, trabalhistas e tributários vigentes no âmbito federal, estadual ou do Distrito Federal.

13.26. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelos agentes designados pela Telebras.

13.27. Não veicular publicidade ou qualquer informação quanto à prestação do objeto desta contratação sem prévia autorização da Telebras.

13.28. Todos os custos relativos à viagem, como passagens aéreas, estadia, alimentação e deslocamento serão de responsabilidade da CONTRATADA.

13.29. A CONTRATADA se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados, de modo a alcançar o resultado nos prazos previstos, observado o Cronograma aprovado pela Telebras e o disposto no Anexo I - Gestão e Medição de Resultados.

13.30. Não haverá nenhuma forma de acréscimo ou majoração de valores do contrato caso haja realização de trabalho noturno, em feriados e/ou aos fins de semana para a execução do objeto.

13.31. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, diretos e indiretos: mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, fretes e outros que venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

13.32. Não substituir os materiais originais, durante o processo de Qualificação Técnica do PROPONENTE. Caso haja necessidade de substituição de algum material por descontinuidade ou por outro motivo alheio a CONTRATADA, deverá ser avaliada pelo Fiscal Técnico do Contrato a possibilidade, ou não, de aceitar o item substituto, homologando o mesmo para reposição. Este material deverá ter no mínimo as mesmas características técnicas do material anterior.

13.33. Fornecer os documentos, planilhas, projetos e certificações em acordo com o modelo de diretórios e formatos fornecidos oportunamente pela Telebras.

13.34. Só será considerada "instalada e aceita" a solução demandada por meio de Pedido de Compra quando a implantação tiver sido concluída em campo, testes alarmes para integração ao NOC Telebras finalizados e cuja a documentação técnica tenha sido entregue e aprovada pela Telebras, além disso tenha sido finalizado o cadastro da solução no Sistema de Gerência da Telebras OSS/GP.

13.34.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o cadastro dos elementos da solução de infraestrutura instalados no Sistema de Gerência da Telebras OSS/GP e nos módulos OSS/GP e OSS/IM, compreendendo:

13.34.1.1. Modelagem de todos os equipamentos fornecidos;

13.34.1.2 Atualização de conexões dos equipamentos afetados no GP inventário físico e lógico;

13.34.1.3. Inclusão de todos os dados de configuração lógica; e

13.34.1.4. Inclusão dos circuitos lógicos da planta interna.

13.34.2. Será de responsabilidade da Telebras o fornecimento do acesso ao Sistema OSS/GP do CPqD através de acesso remoto ou local.

#### **14. GESTÃO E MEDIÇÃO DE RESULTADOS E GLOSA**

14.1. Atraso para início da prestação dos serviços:



14.1.1. As glosas decorrentes do não atendimento ao prazo para a entrega dos serviços, bem como demais documentos complementares, obedecerão inicialmente ao disposto no Anexo I - Gestão e Medição de Resultados;

14.1.2. Persistindo o atraso, poderá ensejar na aplicação de sanções e penalidades de maior gravidade, consoante o que estabelece a legislação vigente e descrita no item 14 e seus subitens.

**14.2. Atraso na entrega do Relatório de Vistoria e Projeto de Provisório de Infraestrutura (PPI):**

14.2.1. As glosas decorrentes do não atendimento ao prazo para conclusão do Relatório de Vistoria e Projeto de Provisório de Infraestrutura (PPI) obedecerão inicialmente ao disposto no Anexo I - Gestão e Medição de Resultados;

14.2.2. Persistindo o atraso poderá ensejar na aplicação de sanções e penalidades de maior gravidade, consoante o que estabelece a legislação vigente e descrito no item 14 e seus subitens.

14.3. A CONTRATADA não sofrerá glosa por atraso na entrega de serviço, quando este tiver como causa a atuação de órgãos públicos ou condições atmosféricas severas. Nestes casos a CONTRATADA deverá informar previamente a data de início e fim do fato gerador para que possa ser debitado da contagem dos prazos contratuais.

14.4. Conforme a gravidade das faltas cometidas pela CONTRATADA e levando em conta os prejuízos suportados pela Telebras, poderão ser aplicadas, cumulativamente, outras penalidades conforme descritas no item 15 e seus subitens, bem como na minuta do contrato.

**15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O Regulamento de Licitações e Contratos, em seu art. 138, estabelece que pela inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações pela CONTRATADA, a TELEBRAS pode, assegurado o devido processo legal, aplicar penalidades de natureza pecuniárias, como:

15.1.1. advertência;

15.1.2. multa moratória ou compensatória;

15.1.3. suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS;  
e

15.2. A CONTRATADA ficará sujeita, ainda, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Multas moratórias - A multa decorrente do atraso na entrega de materiais e serviços, ou descumprimento de quaisquer obrigações contratuais, obedecerá à seguinte gradação:

a) Atrasos de até 30 dias: 0,33% por dia de atraso, sobre o valor do Pedido de Compra descumprido;

b) Atrasos superiores a 30 dias: 10% mais 0,99% por dia de atraso, sobre o valor do Pedido de Compra descumprido, limitados estes atrasos a 60 dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato por ato da Telebras;

c) Reincidência: A reincidência da falta contemplada ensejará a aplicação da multa em dobro sobre o valor do Pedido de Compra.

Nota: Os percentuais acima dispostos poderão ser integrados com os constantes do Anexo I - Gestão e Medição de Resultados.





d) Atraso na devolução de equipamento enviado para reparo: 0,5% por dia de atraso, calculado a partir do preço do item, constante do contrato.

15.2.2. Multa Compensatória - Prevista para o caso de inadimplemento absoluto da obrigação, para a prática das condutas infratoras previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quando se tratar de licitação na modalidade do pregão, sendo que seu valor poderá ser fixado em percentual que obedeça a seguinte fórmula:

$V_m = (V_c * P_m) / 100$ , onde:

$V_m$  = Valor da multa

$P_m$  = Percentual de multa

$P_m = [100 * (D_e + L_c)] / V_c$ , onde:

$D_e$  = Dano estimado (dano estimado com o inadimplemento absoluto)

$L_c$  = Lucro cessante

$V_c$  = Valor do contrato

Nota: A multa compensatória não exclui indenização suplementar, se o prejuízo experimentado pela Telebras exceder o valor da indenização pactuada (parágrafo único do artigo 416 do Código Civil).

## 16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1 Para segurança do integral cumprimento do contrato, inclusive multa eventualmente aplicada, será exigida da CONTRATADA garantia, a qual será escolhida a seu critério, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação da TELEBRAS.

16.2 A CONTRATADA poderá escolher qualquer uma das modalidades previstas no § primeiro do Artigo 70 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, conforme descrito a seguir:

16.2.1 Caução em dinheiro;

16.2.2 Seguro-garantia;

16.2.3 Fiança bancária.

16.3 A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

16.4 A garantia ficará sob a responsabilidade da Gerência de Compras e Contratos da TELEBRAS. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela TELEBRAS, mediante correspondência entregue com recibo.

16.5 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída, atualizada monetariamente, na hipótese de ter sido apresentada sob a forma caução em dinheiro e, em todos os casos, em até 03 (três) meses após a execução do contrato, conforme previsto no § 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, amparado no §4º do art. 70 da Lei nº 13.303 de 2016.

## 17. GARANTIA DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS



17.1. A garantia abordará todos os materiais, equipamentos e serviços por um período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da emissão do respectivo Termo de Recebimento de Projeto (TRP), Termo de Aceitação de Material (TAM) ou Termo de Aceitação de Serviço (TAS). Salvo aqueles itens cuja garantia esteja especificada de forma diferente nos Anexos deste Termo de Referência.

## **18. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONE**

18.1. A Telebras deverá disponibilizar um Fiscal Técnico do Contrato e a CONTRATADA um Gerente de Projeto, informando o nome, e-mail, telefone fixo e telefone celular.

18.2. A fiscalização dos contratos será exercida por um Fiscal do Contrato designado pela Telebras, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.

18.3. A fiscalização de que trata o item 18.2 não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Telebras ou de seus agentes e prepostos.

18.4. A CONTRATADA deverá designar um profissional qualificado que atuará como Gerente de Projeto, coordenando os demais profissionais envolvidos na execução do objeto, garantindo a sintonia das diversas atividades e o bom andamento do cronograma de trabalho. O Gerente de Projeto também será o ponto de contato com os representantes da Telebras, para os quais reportará diariamente as atividades, fatos e eventuais dificuldades, que serão objeto de registro em Relatório de Acompanhamento Diário entregue semanalmente ao Fiscal Técnico do Contrato ou outro representante da Telebras responsável pela execução dos serviços.

## **19. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

19.1. O pagamento do Relatório de Vistoria e Projeto Provisório de Infraestrutura (PPI) ocorrerá da seguinte maneira:

19.1.1. 100% (cem por cento) do valor após a entrega, em mídia digital, de toda documentação contendo as planilhas de quantitativos utilizados e os demais entregáveis já mencionados neste documento, condicionado à aprovação pela Telebras mediante Termo de Recebimento de Projeto (TRP), formalizando a Aceitação do Projeto;

19.1.2. Após o recebimento pela Telebras da Nota Fiscal relacionada ao Projeto Provisório de Infraestrutura, o Fiscal Técnico de Contrato terá 15 dias úteis para atesta-la;

19.1.3. Após o atesto da Nota Fiscal, a Telebras terá 15 dias úteis para efetivar o seu pagamento, considerando as devidas condições/prazos para pagamento e suas retenções.

19.2. O pagamento da execução de Serviços de Infraestrutura de Estações de Telecomunicações ocorrerá da seguinte maneira:

19.2.1. 70% (setenta por cento) do valor do Pedido de Compra:

a) Na conclusão da instalação dos equipamentos e serviços relacionados no Pedido de Compra, além da entrega de toda documentação em mídia digital, contendo as planilhas de quantitativos utilizados e os demais entregáveis descritos neste Termo de Referência e seus Anexos, condicionado à aprovação pela Telebras;

b) Será emitido um Termo de Recebimento Provisório (TRP) para os Pedidos de Compra que envolva a referida execução dos serviços, formalizando a Aceitação Provisória por parte da Telebras e possibilitando a emissão das Notas Fiscais de serviços pela CONTRATADA;



- c) Após o recebimento pela Telebras das Notas Fiscais relacionadas a execução do serviço, o Fiscal Técnico de Contrato terá 15 dias úteis para atesta-las (estas Notas Fiscais devem ser faturadas no valor integral do Pedido de Compra);
- d) As Notas Fiscais dos materiais e equipamentos associados ao serviço que tenham sido anteriormente enviadas à Telebras, serão agregadas para o atesto em conjunto com as Notas Fiscais de execução do serviço;
- e) Após o atesto das Notas Fiscais, a Telebras terá 15 dias úteis para efetivar o pagamento do referido percentual, considerando as devidas retenções.

19.2.2. 30% (trinta por cento) do valor do Pedido de Compra:

- a) Na Aceitação Definitiva da execução dos serviços relacionados no Pedido de Compra, deverão ser realizados todos os testes de alarmes e medições localmente que sejam gerados pelos equipamentos instalados na estação de telecomunicação. Também deverão ser resolvidas quaisquer pendências que venham a ser levantadas na emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP), condicionado à aprovação pela Telebras;
- b) Será emitido um Termo de Aceitação de Serviço (TAS) para os Pedidos de Compra que envolva a referida execução dos serviços, formalizando a Aceitação Definitiva por parte da Telebras e possibilitando a liberação do pagamento dos 30% restantes do valor das Notas Fiscais descritas no Termo de Recebimento Provisório (TRP);
- c) Após a emissão do Termo de Aceitação de Serviço (TAS), a Telebras terá 15 dias úteis para efetivar o pagamento do referido percentual, considerando as devidas retenções.

19.3. O pagamento da execução de Serviços de Integração de Gerências ao NOC Telebras ocorrerá da seguinte maneira:

- 19.3.1. 100% (cem por cento) do valor após a realização das atividades e a entrega do relatório de testes que comprovem a funcionalidade das gerências de alarmes e monitoração da estação de telecomunicação junto ao NOC da Telebras;
- 19.3.2. Será emitido um Termo de Aceitação de Serviço (TAS) para os Pedidos de Compra que envolva a referida entrega, formalizando a Aceitação do Serviço por parte da Telebras;
- 19.3.3. Após a aceitação do serviço pela Telebras, o Fiscal Técnico de Contrato terá 15 dias úteis para atestar a Nota Fiscal e emitir o Termo de Aceitação de Serviço (TAS), formalizando a sua aceitação;
- 19.3.4. Após a emissão do Termo de Aceitação de Serviço (TAS), a Telebras terá 15 dias úteis para efetivar o pagamento da Nota Fiscal, considerando as devidas retenções.

19.4. O pagamento da Entrega de Material, apenas para Pedidos de Compra sem serviço, ocorrerá da seguinte maneira:

- 19.4.1. 100% (cem por cento) do valor após a entrega do material e/ou equipamento no local definido no Pedido de Compra, condicionado a aceitação dos materiais por parte da Telebras;
- 19.4.2. O prazo máximo de entrega de qualquer material e/ou equipamento que não tenha um serviço associado é de no máximo 40 dias;
- 19.4.3. Será emitido um Termo de Aceitação de material (TAM) para os Pedidos de Compra que envolva a referida entrega, formalizando a aceitação por parte da Telebras;



19.4.4. Após a aceitação do material pela Telebras, o Fiscal Técnico de Contrato terá 15 dias úteis para atestar a Nota Fiscal e emitir o Termo de Aceitação de Material (TAM), formalizando a sua aceitação;

19.4.5. Após a emissão do Termo de Aceitação de material (TAM), a Telebras terá 15 dias úteis para efetivar o pagamento da Nota Fiscal, considerando as devidas retenções.

19.5. Itens do contrato só podem ser entregues quando existir um Pedido de Compra com saldo a entregar, sendo faturados pela CONTRATADA após recebimento do respectivo Termo (TRP ou TAS), a ser emitido pelo fiscal técnico do contrato.

19.6. Itens relacionados a materiais e/ou equipamentos podem ser faturados sem a necessidade da emissão de quaisquer termos, desde que suas Notas Fiscais tenham quantitativos iguais ou inferiores aos contidos nos Pedidos de Compra.

19.7. Para materiais e/ou equipamentos, o DANFE que acompanhou o referido item até a entrega, e que contém os carimbos de fiscalização interestadual, deve ser encaminhado à Telebras. A escrituração da Nota Fiscal depende deste recebimento.

19.8. A aceitação de equipamentos, materiais e serviços depende de avaliação do Fiscal de Contrato e da documentação que o acompanha.

19.9. Para saber detalhes adicionais sobre a Gestão e Medição de Resultados, prazos de entrega e pagamentos, deve ser consultado o Anexo I - Gestão e Medição de Resultados.

## **20. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS**

20.1. Será permitida a participação de empresas em consórcio e as condições estarão no edital.

## **21. SUBCONTRATAÇÃO**

21.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto para itens como a subcontratação dos Técnicos de Instalação.

## **22. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

22.1. A estimativa de preços deverá ser baseada em ampla pesquisa de mercado a ser realizada pela Gerência de Compra e Contratos - GCC junto aos fornecedores, aos fabricantes e às integradoras. Contudo o preço global aceitável não poderá ser maior do que a Estimativa de preço.

## **23. QUANTITATIVOS**

23.1. Os quantitativos e valores unitários a serem utilizados como base para este processo serão apresentados no Anexo II - Planilha de Quantitativos.

## **24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

24.1. A presente contratação consta do Código PLAC 3200-GPTC\_09 Ação Orçamentária 15UI - PO0000 - para a implantação das UPSs nas estações *Gateway* do SGDC de Campo Grande, Florianópolis e Salvador, para o Exercício 2024.

## **25 REAJUSTE E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

25.1 Os preços contratados poderão ser reajustados, conforme o caso, mediante negociação entre as partes, observada o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir e com base no Índice de Serviços de Telecomunicações - IST da Anatel acumulado nos últimos doze meses.



25.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a Telebras aplicará o índice vigente, liquidando a diferença correspondente quando da divulgação do índice definitivo.

25.3 Caso o índice estabelecido para aplicação do reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o índice que vier a ser determinado.

25.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial. As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25.5 O quantitativo do objeto deste contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25%, desde que em comum acordo entre as partes, conforme art. 81, §1º e §2º da lei 13.303 de 2016.

## **26. REGIME DE EXECUÇÃO**

26.1. Regime de execução dos serviços será por meio de empreitada por preço global.

## **27 DA RESCISÃO CONTRATUAL**

27.1 O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de judicialização do ato, no caso de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, sujeitando a Contratada às penalidades previstas neste instrumento, e em especial por:

27.1.1 Reiterado descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;

27.1.2 Paralisação dos serviços sem justa causa;

27.1.3 Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato, registradas em advertência;

27.1.4 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento;

27.1.5 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

27.2 Em qualquer das hipóteses acima referidas, a Contratada deverá reparar, integralmente, os prejuízos causados à Telebras, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, que poderão ser aplicadas no todo ou em parte, a critério exclusivo da TELEBRAS.

27.3 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a rescisão do instrumento, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

## **28 DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

28.1 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

28.2 A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que a consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

28.3 Orientar seus empregados a fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

28.4 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta aquisição.



28.5 A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 6º, no que couber.

## 29 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

29.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da TELEBRAS à continuidade do contrato.

## 30 DO FORO

30.1 O foro competente para dirimir questões relativas ao Contrato é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

## 31. VIGÊNCIA

31.1. A vigência dos contratos provenientes desta Ata de Registro de Preço será de 24 (Vinte e quatro meses) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Art. 119 do Regulamento de Licitação e Contratos da Telebras.

31.2. A vigência do Contrato leva em conta a complexidade técnica para a realização completa do objeto e a manutenção das Garantias de Serviço definidas neste Termo de Referência.

## 32. MATRIZ

Categoria de risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação (resp)
Risco relacionado ao tempo de execução dos serviços	Eventos ou fatores retardadores decorrentes de ação da Contratada (exemplo riscos G8 e G10)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quebra do limite de prazo para entrega.</li> <li>- Impacto na operação das estações da Telebras.</li> <li>- Entrega de serviços de má qualidade.</li> <li>- Retrabalho.</li> <li>- Atraso na entrega dos serviços.</li> </ul>	- Monitoramento da execução dos serviços.	CONT
	Eventos ou fatores retardadores decorrentes da ação climática (exemplo risco G9)	-Atraso na entrega dos serviços.	- Estabelecimento de cronograma que	TELE CONT





		- Impacto na operação das estações da Telebras.	preveja um prazo maior em decorrência dos eventos climáticos.
--	--	---	---

**33. ANEXOS**

33.1. Fazem parte deste TR os seguintes documentos

33.1.1. Anexo I TR Gestão de Medição de Resultados

33.1.2. Anexo II TR Planilha de Quantitativos

33.1.3 Anexo III TR Especificações e Requisitos Gerais

Brasília, 25 de junho de 2025.

**JORGE HUMBERTO MARTINS LISBOA**  
Assessor III  
Gerência de Engenharia de Redes e Plataformas

**ANDRE CHAGAS LEITE DA FONSECA**  
Gerente  
Gerência de Engenharia de Redes e Plataformas

**ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES**  
Diretor Técnico-Operacional - Interino  
Diretoria Técnica-Operacional

